

PT pede a partidos que não negociem soberania

O Partido dos Trabalhadores vai apelar a todos os outros partidos, inclusive aos que apóiam o presidente José Sarney, para que não aceitem negociar a soberania da Constituinte em troca dos mais de 10 mil cargos do Governo Federal nas unidades da Federação.

"O partido não só deve, como vai combater essa prática", alertou o presidente do PT na Câmara, deputado Luis Inácio "Lula" da Silva, ao tomar conhecimento de que o Palácio do Planalto está promovendo um "relinhamento" de cargos de acordo com candidatos eleitos em 15 de novembro, como forma de acalmar as dissidências que vem enfrentando no Congresso Nacional e na Assembleia Nacional Constituinte.

Na opinião do líder petista, o governo federal deveria se preocupar em conseguir apoio dos parlamentares a partir de suas propostas e idéias, e não através da distribuição de cargos. "É uma política indecorosa, que era colocada em prática nos governos militares e que vem sendo mantida, pela nova República", acrescentou.

Escândalo
O deputado José Genoino, primeiro vice-líder do PT na Câmara, também criticou o "relinhamento" de cargos. "Isso pode ser considerado um ato de corrupção", denunciou.

José Genoino entende que "é um escândalo querer montar uma base de sustentação política oferecendo-se cargos", e acha que, na verdade, o governo "está leiloando a administração pública, para garantir seus interesses na Constituinte".



Florestan repudia realinhamento

"Para o PT, é uma honra estar de fora", frisou José Genoino, resumindo a posição da agremiação sobre a exclusão do partido no processo de distribuição de cargos que, segundo as fontes que deram a informação, beneficiará sobretudo o PMDB e, em menor escala, o PFL.

Desorganização
Para o deputado e sociólogo Florestan Fernandes (PT-RJ), o realinhamento dos cargos chega a ser inacreditável e representa um caso extremo de fisiologismo político. "Se isto é verdade, o governo estará comprando apoio parlamentar, do mesmo modo que

empresários de vários setores usaram para comprar o voto eleitoral. Neste caso, estaremos diante de uma manifestação de anomia (desorganização) política verdadeiramente espantosa", analisou.

Ele considera "degradante" a maneira como o governo tem conduzido os entendimentos políticos com o Legislativo: "A própria indicação de um líder do governo junto à Câmara, coincidindo com a existência de uma Assembleia Nacional Constituinte, é por si mesma uma ousadia que degrada o respeito que deveria existir entre os chamados três Poderes e só vem demonstrar que a Assembleia Nacional Constituinte e o Congresso são poderes subalternos, que podem ser manejados através dos cordéis do presidente da República".

Frankenstein

Em sua visão, é dever elementar da Assembleia Nacional Constituinte repelir essas práticas políticas, típicas de regimes autoritários e que desprezam a via democrática de entendimentos.

"A única forma de mudar é romper com a ordem ilegal dominante", garantiu Florestan, defendendo a imediata eliminação do chamado "entulho autoritário" da atual Constituição, que ele prefere classificar como um "Frankenstein Constitucional".

"Isso requer, naturalmente, que se despoje o Executivo de todo o poder arbitrário e ditatorial e que se retire das Forças Armadas o caráter de quarto poder oculto, mas decisivo em nosso sistema político", ressaltou o parlamentar.



PMDB também quer cargo de relator-geral

O PMDB não vai abrir mão de indicar o relator-geral da comissão de sistematização que será instituída pelo projeto de regimento interno do senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP). O cargo representa, na verdade, o de relator-geral da Constituinte, uma vez que a comissão de sistematização é apenas um novo nome para a grande comissão, que sofreu uma série de críticas.

Como o anteprojeto de regimento interno prevê que o presidente da comissão não pode pertencer à mesma legenda do relator, a presidência da comissão de sistematização será entregue ao PFL. Tanto para o cargo de presidente como o de relator-geral da comissão de sistematização já existem dois fortes candidatos, cujas candidaturas estão sendo articuladas, com todo o cuidado, pelas principais lideranças políticas. Para relator geral é apontado o nome do ex-líder peemedebista, deputado Pimenta da Veiga (MG). Lembram os defensores de sua postulação que Pimenta possui dois predicados indispensáveis para o cargo: é jurista e político de reputação nacional.

Pimenta não descarta possibilidade de ser lançado para o cargo, mas diz que não disputa: Quanto à possibilidade de ter seu nome vetado pelo governador de Minas, Newton Cardoso, o ex-líder ressalta que acredita na "soberania da Constituinte", que não se curvaria, segundo ele, a uma ingerência em seus assuntos internos.

Para a presidência da comissão de sistematização, o nome apontado é o do senador Afonso Arinos (PFL-RJ). O cargo ajusta-se perfeitamente às pretensões do senador fluminense na Constituinte. Ele pretendia ocupar um cargo que lhe permitisse coordenar os trabalhos de elaboração constitucional.

A comissão de sistematização terá 85 constituintes. Esta comissão será formada pelos presidentes e relatores gerais de cada uma das oito comissões, bem como os 24 relatores das subcomissões. Os outros quarenta e cinco membros serão indicados pelas lideranças partidárias.

Entre seus poderes, competirá à comissão de sistematização "a redação do anteprojeto, do parecer às emendas de plenário e a redação final; além do preâmbulo, das normas gerais e das disposições transitórias. Ela poderá ainda, no caso de uma das oito comissões ordinárias não entregar suas conclusões no prazo de sessenta dias, elaborar os artigos, capítulos ou títulos respectivos. Os membros da comissão terão ainda poderes de apresentar emendas aos anteprojeto oriundos das comissões, ou de apresentar um substitutivo à matéria apresentada.

Aureliano não teme divisões

Belo Horizonte — O ministro Aureliano Chaves afirmou ontem, em entrevista, que suas declarações feitas na semana passada, em que criticou o governo, "foram suficientemente incisivas para não comportar justificativas" e não teme que provoquem divisões. À tarde, a comissão executiva regional do PFL de Minas distribuiu nota à imprensa, manifestando inteira solidariedade ao ministro e acusando o PMDB de "farisismo político".

"Acho que num regime democrático — disse Aureliano Chaves — as opiniões devem ser claras. A lealdade se define não pela camuflagem das opiniões, não pelo murmúrio nos corredores e nas conversas de reuniões sociais, mas pela clareza das posições. Quando se conversa com clareza e lealdade, não se cria dificuldade, mas indica-se caminhos. Ou, pelo menos, se propõe soluções".

Assinado pelo presidente regional do PFL, ex-deputado Paulino Cícero, a nota afirma que as responsabilidades da Aliança Democrática para com a nação pertencem "por igual aos partidos que a integram". E reclama que alguns comentários de dirigentes do PMDB sobre o ministro Aureliano Chaves "são de indistigável caráter tendencioso".

"O ministro Aureliano Chaves não se afastou da linha de lealdade ao Governo Federal, em termos incompatível com sua posição, quando assinalou que a solução de continuidade na execução do Plano Cruzado só foi quebrada por força de inevitáveis condições criadas pela campanha eleitoral", disse.

Ministro pede prazo

O ministro da Educação, Jorge Bornhausen, do PFL, disse ontem, que "o entendimento na aliança democrática vai ocorrer naturalmente, porque nós ainda estamos vivendo as consequências dos resultados eleitorais e das fissuras nascidas no curso das campanhas estaduais".

"E isso, só o tempo vai corrigindo" — completou o ministro Bornhausen. Ele acha que o "bom senso das lideranças do PMDB e do PFL" fará com que sejam superadas as dificuldades existentes, principalmente tendo em vista que vivemos um ano muito importante, quando faremos a nova Carta.

"Em matéria de reforma ministerial — disse também o ministro; quando perguntado sobre o assunto — só compete a uma pessoa falar: o presidente da República".

Deputado lança nome de Covas para liderança

O deputado Geraldo Alekimim (PMDB-SP) lançou ontem o nome do senador Mário Covas para ocupar a liderança do partido na Constituinte. Alekimim disse que o líder do PMDB na Constituinte já deveria ter sido eleito. "Escolhemos o menos importante e esquecemos do mais importante" — afirmou.

A candidatura de Covas foi decidida por vários deputados da bancada paulista, logo depois de reunião com o presidente do Congresso Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, durante almoço. Apóiam o nome do senador paulista para o cargo os deputados Fernando Gasparian, Manoel Moreira Júnior, Antônio Perosa, Euclides Scalco (PR) e os senadores paulistas Severo Gomes e Fernando Henrique Cardoso. Segundo Gasparian, o presidente peemedebista, Ulysses Guimarães, também apóia a candidatura do senador por São Paulo.

Durante a reunião da bancada paulista, foram feitas queixas à escolha do deputado João Herman (PMDB-SP) para a vice-liderança do PMDB. Argumentaram os deputados autores das críticas que o líder Luiz Henrique (SC) havia garantido a escolha de todos os membros do colegiado de vice-líderes em comum acordo com as bancadas estaduais.



Grupo paulista se reuniu para apoiar Covas

Trabalhos podem ser divulgados pela TV

As emissoras de rádio e televisão irão transmitir diariamente, até a promulgação da Constituição, informativo dos trabalhos constitucionais com 10 minutos de duração a ser veiculado em dois blocos de cinco minutos, pela manhã e à noite. Esta foi a fórmula anunciada ontem pelo senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP), relator do anteprojeto de regimento interno da Constituinte.

Já as emissoras oficiais — Radiobrás e Educativa — poderão transmitir um informativo mais prolongado com uma hora de duração. "O importante é que a opinião pública seja informada dos nossos trabalhos" — destacou Fernando Henrique.

A noite a bancada do PMDB no Senado decidiu que o relator deverá incluir em seu anteprojeto dispositivo determinando que Câmara e Senado adaptem seus regimentos internos ao da Constituinte. O objetivo é de compatibilizar o trabalho de legislação ordinária com o constitucional.

Segundo o senador José Fogaça (PMDB-RS), o funcionamento da Câmara e do Senado é necessário em virtude da crise econômica que está a estourar em meio aos trabalhos constitucionais. De acordo com ele, o plenário do Parlamento ordinário servirá como escaudouro político da crise, deixando o da constituinte livre para os debates constitucionais.

Righi quer aumentar número de comissões

São Paulo — "Os parlamentares estão fazendo um cavalo de batalha" em torno da proposta regimental que permite à sociedade apresentar projetos para a nossa Constituição. Em vez de discutir por tanto tempo «questões irrelevantes», a Constituinte devia preocupar-se com o pouco número de comissões existentes que acabam englobando assuntos que necessitariam de discussões específicas. Essa é a opinião do deputado Gastone Righi (PTB-ST), para quem nem o relator do regimento, senador Fernando Henrique Cardoso, nem os demais líderes estão preocupados com assuntos «efetivamente importantes».

"Se o PT representa tão bem a população brasileira, ele deve ser, então, o caminho para a apresentação de propostas que beneficiem essa população. Nós, políticos, precisamos mais é cumprir nossa função de representar a sociedade", disse o deputado. Sua sugestão é que, em vez de serem necessárias 30 mil pessoas para subscrever uma proposta à Constituinte, que se juntem apenas 30 delas e lhe enviem a sugestão. "Se as propostas são corretas e boas, dentre 559 parlamentares, certamente haverá pelo menos um que as encaminhe".

Gastone defende a ampliação do número de comissões, cada uma cuidando de um assunto específico. Ele citou como exemplo a discussão sobre a ecologia. "Eu quero que haja uma comissão na Constituinte decidindo sobre recursos naturais, meio ambiente e ecologia. Se não se criar uma comissão específica sobre isso, vamos ter o assunto tratado em meio a temas como aeroportos e estradas, o que é um verdadeiro absurdo. Além desta, Gastone Righi propõe comissões sobre saúde, educação e cultura e cada um dos poderes. "Essa é a discussão que deve ser travada. O resto é perfumaria", concluiu o parlamentar.

Oposição considera proposta escandalosa

Os partidos de oposição (PDT, PT, PC do B e PDS) consideraram, ontem, um "escândalo" as informações de que o Palácio do Planalto vai distribuir cerca de 10 mil cargos do governo federal nos estados para ampliar sua base política e neutralizar a dissidência que vem enfrentando na Assembleia Constituinte.

Já os partidos situacionistas, PMDB, PFL e PTB, não acreditam que o governo vai praticar um fisiologismo ao conduzir a articulação de sua base de apoio em troca de cargos públicos. O PCB, que apoia o presidente José Sarney, acha, no entanto, uma prática normal as agremiações que apoiam o governo participar de sua administração. "Então, o PMDB que apóia o Governo não deve participar do Governo?" indaga o líder comunista na Câmara, Roberto Freire.

Leilão

A posição de alguns partidos sobre o assunto é a seguinte:

Líder leva sugestões a Sarney

O líder do governo na Câmara, Carlos Santana apresentará hoje ao presidente José Sarney as propostas do grupo "pró-soberania" do PMDB que prevêem alterações na atual Constituição. Na sua opinião, este acordo deve ser firmado rapidamente para evitar problemas durante os trabalhos de redação da nova Carta.

O documento com o detalhamento das propostas foi apresentado, ontem, ao líder do governo, pelos deputados Maurílio Ferreira Lima (PE), Virgildásio de Senna (BA) e Antônio Brito (RS). Além da paralisação das atividades ordinárias do Senado e da Câmara, eles querem a suspensão das medidas de emergência e salvaguardas — que só serão revogadas na futura Constituição.

Apresentaram, também, sugestões em relação à aprovação de projetos e decretos-leis por decurso de prazo. O deputado Maurílio

Ferreira Lima explicou que neste sentido estariam automaticamente reprovados todos os projetos que não fossem votados no prazo previsto. "Hoje, o decurso de prazo garante a aprovação tanto desses projetos quanto dos decretos-leis". Os representantes do grupo "pró-soberania" não explicaram porque desistiram da extinção dos decretos-leis. Salientaram, no entanto, que a sua proposta evita os abusos por exigir aprovação dos mesmos pela Constituinte.

Apesar de aparentarem desânimo, os deputados acreditam que os entendimentos deverão estar concluídos em breve. O líder do governo na Câmara, Carlos Santana, afirmou que "não sabe qual será a postura do presidente Sarney em relação às propostas". Adiantou, porém, que estará empenhado em fechar este acordo o mais rápido possível e que pretende ouvir as lideranças de todos os partidos.

Os líderes do PMDB no Senado e na Câmara, Fernando Henrique Cardoso e Luiz Henrique, também estão com a agenda completa, tentando fechar com as bancadas as discussões necessárias para o início dos trabalhos da Constituinte.

Durante todo o dia de ontem Fernando Henrique esteve em contato com lideranças partidárias e grupos isolados para negociar a aprovação do regimento interno. Uma das barganhas foi feita com a bancada feminina da Constituinte, quando o senador garantiu a instalação da Comissão dos Direitos Individuais do Homem e da Mulher.

Mais preocupado com a unidade partidária, o deputado Luiz Henrique manteve reuniões com parlamentares do PMDB e aproveitou para esclarecer que não aceita o relaxamento das negociações da dívida externa.